



Linhas Críticas

ISSN: 1516-4896

rvlinhas@unb.br

Universidade de Brasília

Brasil

Duarte Leon, Adriana

O jornal Estrella do Sul como uma estratégia de intervenção no debate educacional na primeira metade de 1930

Linhas Críticas, vol. 23, núm. 50, febrero-mayo, 2017, pp. 88-110

Universidade de Brasília

Brasília, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193552559006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O jornal Estrella do Sul como uma estratégia de intervenção no debate educacional na primeira metade de 1930

Adriana Duarte Leon

Instituto Federal Sul-rio-grandense

Resumo

Este trabalho visa analisar como o jornal católico Estrella do Sul participou do debate educacional na primeira metade de 1930, no Rio Grande do Sul; o impresso era uma publicação semanal, vinculada ao centro da Boa Imprensa; circulava de forma ampla no centro do estado, era composto por quatro páginas, poucas imagens, textos curtos e anúncios. Analisamos o conteúdo do impresso como indicador das ações estabelecidas junto ao espaço educacional e percebemos que o impresso se efetivou como uma estratégia de ação estabelecida pela Igreja Católica com o objetivo de ampliar sua intervenção social, atuando de forma prioritária na defesa do ensino religioso facultativo nas escolas públicas.

Palavras-chave: Impressos católicos; estratégias; debate educacional; ensino religioso.

Journal Estrella do Sul as an intervention strategy in the educational debate in the first part of the decade of 1930

Abstract

This paper aims to analyze how the catholic journal Estrella do Sul participated in the educational debate in the first half of the decade of 1930, in the state of Rio Grande do Sul; this printed was a weekly publication, linked to the center Boa Imprensa literally "good press"; it circulated broadly in the central region of the state, four pages format, few images, short texts and ads. We have analyzed the contents of the printed as an indicator of the actions established in the educational space and we have realized that the printed was accomplished as a strategy of action stablished by the Catholic Church in order to expand its social intervention, acting as priority in defense of religious education as option in public schools.

Keywords: Catholic printed; strategy; educational debate; religious education.

Introdução

O presente trabalho visa analisar como o jornal católico *Estrella do Sul* participou do debate educacional na primeira metade de 1930. O impresso em questão é uma publicação vinculada ao Centro da Boa Imprensa do Rio Grande do Sul, sob influência da arquidiocese de Porto Alegre. A primeira constituição republicana, ao anunciar um Estado laico, estimula a Igreja Católica a estabelecer novas estratégias de ação que a mantenha como espaço de referência religiosa e cultural no país. Dentre estas estratégias, a produção de impressos foi uma ação recorrente e mesmo que os impressos já fizessem parte da história do Brasil desde o século XIX é indiscutível a ampliação desse meio de comunicação no século posterior.

Os impressos religiosos apresentam bom potencial como fonte e objeto de pesquisa, ao contrário dos jornais diários, que no início do século XX promovem-se anunciando certa neutralidade, os jornais religiosos assumem um caráter doutrinário e explicitam muito das tensões presentes no cotidiano. Até meados de 1930, a Igreja Católica mantinha alguns impressos de circulação nacional, como é o caso da Revista *A Ordem*;

o *Boletim da Associação dos Professores Católicos* e a *Revista Brasileira de Pedagogia*. Além dessas, estimulava a publicação de impressos regionais com o objetivo de ampliar o diálogo da instituição com a sociedade. A vantagem da publicação regional é que divulgava e defendia os interesses da Igreja Católica pautados em âmbito nacional e paralelamente promovia a organização local das dioceses. Em alguns casos, o impresso católico era visualmente muito parecido com os jornais diários, o que pode indicar uma disputa pelo mesmo público leitor. Umberto Eco (1986) ajuda a que se perceba o leitor por meio do texto, quando destaca que o autor, ao escrever um texto, prevê um *leitor modelo* e organiza sua estratégia textual de acordo com o respectivo leitor. A ideia de leitor modelo está alicerçada na ressignificação e o autor, ciente dessa condição, mobiliza o seu texto de forma a construir para o leitor um espaço de ressignificação.

A estratégia textual é aqui entendida como algo além dos códigos linguísticos que possibilitam a escrita do texto. Engloba a possibilidade de ampliação e direcionamento das interpretações de um produto escrito. Eco (1986, p. 39) observa que “gerar um texto significa executar uma estratégia de que fazem parte as previsões dos movimentos de outros”. Sob essa inspiração, busca-se aqui identificar a estratégia textual presente no impresso, sua significação na prática social e como esta significação está relacionada com uma estratégia mais ampla implementada pela Igreja Católica.

Para fins dessa análise, percorremos os exemplares do *Estrella do Sul* publicados na primeira metade de 1930, buscando perceber as estratégias estabelecidas pela Igreja e explicitadas na imprensa católica a fim de intervir no debate educacional. Definimos a primeira metade de 1930 como periodização básica, considerando o movimento constituinte de 1933 e a consequente emergência da disputa acerca da educação na imprensa católica. O processo constituinte apresentou diversos embates no campo social e a reflexão acerca desses embates nos permite identificar variáveis que se explicitam em âmbito regional e se conectam com o movimento nacional do catolicismo brasileiro.

Entendem-se aqui estratégias de acordo com Certeau (2011), ou seja, são organizadas pelo postulado de poder, estabelecem ações de um lugar de poder, elaboram um lugar teórico e constituem uma articulação com o espaço físico. A partir dessa visão, pode-se entender que a Igreja cria uma série de estratégias com o objetivo de retomar espaço social, e, por meio de tais estratégias, manter um diálogo com os interesses do Estado e com a romanização da Igreja Católica no Brasil.

A tópica educacional anunciada no *Estrella do Sul* está atrelada à disputa presente no processo constituinte e afirma a relevância do espaço escolar como espaço de intervenção e organização da Igreja Católica.

Sobre o impresso, sua produção e circulação

O *Estrella do Sul* é uma publicação vinculada ao Centro da Boa Imprensa do Rio Grande do Sul, sob influência da arquidiocese de Porto Alegre. O Jornal *Estrella do Sul* circulou de 1923 a 1939 de forma ininterrupta, apresenta edição semanal e distribuição privilegiada no centro do estado. O conteúdo era vinculado à Igreja Católica e às questões centrais disputadas no período. O impresso é apresentado em tamanho A3, papel jornal e composto geralmente de quatro páginas. A primeira página é composta por artigos com temas polêmicos relacionados à pauta local ou nacional, a segunda e a terceira páginas são compostas de propagandas, artigos, notas, agendas, eventos e notícias internacionais; por fim, a quarta página é constituída por avisos e notícias curtas.

Micelli (1977), ao tratar desse período histórico, afirma que os impressos se constituíram na principal instância de produção cultural da época e forneciam a maior das gratificações no que se refere à posição intelectual. Neste sentido, é fundamental observar que alguns intelectuais e algumas lideranças católicas estavam presentes no impresso *Estrella do Sul*, dentre estes destacamos, por exemplo, a figura de Dom Leme, referência nacional da Igreja Católica e Dom João Becker, arcebispo de Porto Alegre.

Dom Sebastião Leme foi bispo de Olinda, posteriormente arcebispo do Rio de Janeiro, eminente líder da Igreja Católica brasileira do início da década de 10 do século XX até sua morte em 1942. Dom Sebastião argumentava que o Brasil era uma nação católica e a Igreja deveria aproveitar esse fato e marcar presença na sociedade; ele foi uma das lideranças importantes do movimento católico e reivindicava a recatolicização do Brasil, em acordo com os princípios da romanização do catolicismo, que pretendia restabelecer no cotidiano dos sujeitos a prática dos sacramentos e a hierarquia da Igreja Católica.

Segundo Mainwaring (2004), o Vaticano encorajou os esforços da Igreja brasileira para fortalecer sua presença na sociedade, especialmente durante o papado de Pio XI (1922-1939), cuja visão da igreja e da política era comum à visão de Dom Leme. Pio XI julgava os partidos políticos como extremamente divisionistas, mas buscava alianças com o Estado para defender os interesses católicos. Dom Leme compartilhava dessa ideia e buscou efetivá-la no Brasil.

Dom João Becker, arcebispo de Porto Alegre, consolida-se como um forte soldado da romanização do catolicismo no estado do Rio Grande do Sul, comanda a arquidiocese de Porto Alegre e mantém uma relação próxima a Dom Leme. É reconhecido pela Igreja Católica Brasileira, sendo citado em diversos impressos católicos e requisitado para vários eventos e atividades fora do estado.

Becker publica frequentemente no jornal *Estrella do Sul*, pois é uma produção do Centro da Boa Imprensa, localizada na capital e sob influência direta do seu bispado. O reconhecimento público de Dom João Becker é resultado da posição que ocupa na hierarquia da Igreja Católica e das suas aparições no espaço público, dentre os quais se destaca a imprensa. É interessante ponderar que a imprensa está atrelada à constituição de um novo espaço público que possibilita a visualização ampla de diversos sujeitos e o surgimento de lideranças políticas. Morel e Barros (2003, p. 7) afirmam que o “surgimento da imprensa no Brasil acompanha e vincula-se a transformações nos espaços públicos, à modernização política e cultural de instituições, ao processo de independência e de construção do Estado nacional”.

Os jornais diários ou semanais se consolidam como um eficiente espaço de construção da imagem pública, pois possibilitam o acesso ao cotidiano de um desconhecido e cria-se uma relação de intimidade política, social e estética.

Dentro dessa tradição eles guardariam, de maneira muito particular, a confiança no poder e na instrumentalidade do livro, da escrita e, por que não dizer, da leitura. Desse lugar é que se caracterizariam, portanto, como um tipo de impresso colocado a serviço da utilidade, da formação, do entretenimento, aliado moral e ensinamento prático, saber e diversão. Por isso, e também pela sua ampla circulação, os almanaques acabaram por se transformar em um instrumento pedagógico útil e eficaz na educação do povo.

(DUTRA, 2005, p. 16)

Dom João Becker é uma liderança da Igreja Católica no Rio Grande do Sul e aparece constantemente na imprensa; utiliza-se estrategicamente desse meio de comunicação para ratificar a posição que ocupa na hierarquia da instituição e promover a publicização de suas orientações. Nota-se sua aparição regular na revista *Unitas*, publicada mensalmente pela arquidiocese de Porto Alegre e sua aparição frequente no jornal *Estrella do Sul*. Destaca-se no jornal a transcrição de trechos de suas cartas pastorais, o júbilo manifestado nas suas aparições públicas e a publicação de seus textos e comentários que orientam os leitores às questões práticas do dia a dia.

[...]

A 'Estrella do Sul' não representa apenas um criterioso repertório de abundantes informações, mas é, sobretudo, uma defensoria temida e acérrima dos ensinamentos e preceitos da Igreja. O vigário que lhe nega amparo priva-se de um poderoso auxílio no desempenho de seus trabalhos apostólicos.

As revistas populares que se publicam dentro e fora do estado, ainda que mereçam nossa inteira aprovação, não podem, de forma alguma, em face de sua finalidade especial, substituir a 'Estrella do Sul', redigida com muito carinho e indiscutível competência. Para despertar maior interesse local, é mister que os srs. vigários mandem regularmente notícias e informações com referência ao movimento social e religioso de suas paróquias.

Porto Alegre, 1º de janeiro de 1931.

João Becker Arcebispo de PoA.

(ESTRELLA DO SUL, 04/01/1930, p. 1)

Dom João Becker esteve à frente da arquidiocese de Porto Alegre de 1912 a 1946, vivenciou um período de intensificação da presença católica na vida Rio-grandense e atuou ativamente no fomento da prática religiosa no estado. Becker preocupava-se em formar um clero disciplinado e um laicato praticante dos sacramentos. Comprometido com a ideia de romanização da Igreja Católica, afirmou a autoridade episcopal como estratégia de controle sobre a postura do clero e do laicato. No trecho publicado no *Estrella do Sul* e transcrito acima, Dom João Becker explicita a função do jornal como defensor dos ensinamentos e preceitos da Igreja Católica, paralelamente, responsabiliza o clero católico pelo êxito e divulgação das ideias presentes na publicação.

Azzi (2008), ao tratar da história da Igreja no Brasil, no início do século XX, afirma que a característica principal desse período é o esforço da Igreja pelo fortalecimento de suas bases institucionais, por meio da organização das paróquias, dos colégios e das dioceses. "A Igreja deseja consolidar o seu enraizamento no solo brasileiro, a fim de manter e de preservar os valores tradicionais" (AZZI, 2008, p. 485). Na realização dessa tarefa, a imprensa católica contribui de forma positiva, pois funcionava como uma 'via de entrada' para o catolicismo em espaços distanciados da instituição e assim ampliava sua base.

No início de 1930, o estado do Rio Grande do Sul estava dividido em quatro grandes regiões eclesiais: a arquidiocese de Porto Alegre, diocese de Santa Maria, diocese de Uruguaiana e diocese de Pelotas. Nota-se que a circulação do *Estrella do Sul* ocorre de forma sistemática na arquidiocese de Porto Alegre, região onde o impresso era publicado. É relevante destacar que, nas outras três regiões, também ocorre a publicação de impressos católicos que não serão analisados neste texto, mas que dialogavam entre si e mantinham unidade sobre a defesa de um ideário católico para o país.

De acordo com Chartier (1998, p. 14), “no objeto impresso, o fato nada é para além da apresentação do texto e da imagem, que dão a ler ou a ver a sua representação”. As informações que circulam nos impressos constroem e expressam representações sobre fatos, contextos e conflitos e, finalmente, disputam a adesão do leitor a essas representações. O jornal Estrella do Sul disputa o leitor em prol de um ideário católico, em um período que o movimento católico disputava ferrenhamente a opinião pública. “Para dar combate ao erro, à heresia, à mentira, à calúnia contra a nossa religião, a arma indicada é a IMPRENSA CATÓLICA” (ESTRELLA DO SUL, 20/04/1930, p. 2).

A imprensa católica almejava ser um canal de comunicação entre a Igreja e o cidadão. Para estabelecer tal meta, imprimia atrativos em suas publicações, como a divulgação de receitas, curiosidades, relatos cotidianos e até piadas. Contudo, a publicação de tais atrativos não perdia de vista os objetivos que norteavam a existência da imprensa católica e, em alguns casos, funcionavam como uma alternativa discursiva lúdica que construía um padrão de conduta desejado.

Resguardada a característica didático-pedagógica, os jornais católicos, no início do século XX, se pareciam pelo estilo e conteúdo. Tal identidade era possível pela existência do Centro da Boa Imprensa e da Liga da Boa Imprensa; o Centro tinha como função auxiliar na criação de jornais ou revistas e na manutenção de seu conteúdo; a Liga auxiliava no suporte administrativo e financeiro. Ainda movendo seus esforços sobre a imprensa católica, estava a Associação da Boa Imprensa, que reunia jornalistas católicos com o objetivo de pensar estratégias para ampliar a intervenção no setor.

Joaquim José de Carvalho, escritor católico, integrante da Boa Imprensa, orientava sobre as características necessárias a um jornal católico, distinguindo o jornal de outros materiais impressos, como revistas e folhetins. Em sua opinião, a imprensa católica precisa aderir à vida moderna e estabelecer outras formas de diálogo com a sociedade.

Jornal é jornal; não é missa rezada, nem sermão de quaresma. Clero e católicos precisamos de um jornal, de um órgão diário, sim, aparelhado para a vida moderna, para defesas e ataques em dados momentos que, por inevitáveis, apareçam, mas sem solidéu e sem escapulário, à secular, nunca como arremedo e arremesso do missal diário.

(JOAQUIM JOSÉ DE CARVALHO, APUD LUSTOSA, 1983, p. 19)

No Estrella do Sul destaca-se a orientação sobre como realizar a sua leitura e mesmo como utilizá-lo para reflexão coletiva, também nota-se a sugestão sobre como armazenar o impresso, pois além de apresentar caráter informativo, poderia ser utilizado posteriormente para orientar um amigo ou ajudar na reflexão sobre

alguma questão importante. “Quem assina o Estrella do Sul, faz o bem; quem o propaga, procede melhor. O primeiro cumpre o seu dever de católico; o segundo torna-se apóstolo da mais santa das causas: a imprensa católica.” (ESTRELLA DO SUL, 19/01/1930, p. 3).

Chartier (1996) utiliza a expressão cultura popular do impresso na tentativa de identificar no impresso as características que dialogam de forma direta com a população. No caso do jornal analisado, a cultura popular do impresso se apresenta por meio das imagens, dos cartazes, dos anúncios diferenciados, das frases de efeito apresentadas em negrito e por meio do humor.

A apresentação do jornal anuncia as entradas pretendidas com a publicação; nota-se que elas vão além das questões relacionadas ao cotidiano funcional da Igreja, o que corrobora com a ideia da imprensa católica como uma importante estratégia de disputa social no período.

Figura 1 – Ilustração capa *Estrella do Sul* Figura 2 – Ilustração interna *Estrella do Sul*



(ESTRELLA DO SUL, 16/02/1933, p. 1)



(ESTRELLA DO SUL, 16/02/1933, p. 2)

Acima estão apresentadas duas páginas do jornal *Estrella do Sul*, nota-se os textos curtos e as propagandas ilustradas. “Os Filhos de Ário”, na figura 2, é parte da tradução de um livro. Na mesma página, figura 2, lê-se o título de uma seção “O que houve de novo” e nela são relatadas notícias rápidas sobre acontecimentos locais, nacionais ou internacionais. Já na figura 1 está apresentada a capa do jornal que mantém um estilo padrão; nota-se diversos textos curtos que tratam de assuntos diversos, a maioria sem autor identificado; o jornal assume a autoria da maioria dos textos publicados.

A falta de autoria ou a omissão das autorias está relacionada à Boa Imprensa, pois, como já dito, ela indicava artigos para publicações em jornais e revistas, o que ajuda a entender a publicação do mesmo texto em distintos jornais católicos que circulam em regiões diferentes do país. Mons. Marx é editor do jornal *Estrella do Sul*, membro da Boa Imprensa do Rio Grande do Sul e cargo de confiança de Dom Becker. É uma figura presente no *Estrella do Sul*, já que, de forma geral, assina os textos que publica, o que é incomum no impresso.

Uma estratégia de intervenção junto ao debate educacional

O *Estrella do Sul* consolidou-se no período em questão como uma estratégia de intervenção da Igreja Católica que disputava a adesão do leitor a um ideário de educação vinculado ao catolicismo. Dentre os diversos temas abordados pelo jornal, focam-se aqui as questões relacionadas ao debate educacional e percebe-se a valorização do espaço escolar como eixo das disputas.

Na concepção disputada pela imprensa católica, a função da escola é educar de acordo com os princípios do catolicismo; qualquer alteração nessa lógica é negativa. Valoriza a família como primeira instância educativa e a escola como segunda; critica a ação do mundo e sugere que este é responsável por todos os males.

A educação dos antigos tinha grande vantagem sobre a nossa, porque nunca era desmentida. No último ano de sua vida, Epaminondas dizia, ouvia, via e fazia exatamente o mesmo que na época em que principiou a ser instruído. Hoje recebemos três educações diversas ou contrárias: a dos nossos pais, a dos nossos mestres e a do mundo: e o que nos ensinam na última, destrói tudo quanto aprendemos nas duas primeiras.

(ESTRELLA DO SUL, 07/12/1930, p. 3)

O movimento católico coloca-se contra a ideia de uma escola laica e não contra a instituição escolar; bem pelo contrário, a escola é valorizada como espaço de formação do sujeito que deve, na lógica católica, propiciar uma formação integral, incluindo a formação religiosa.

Nessa lógica, é comum encontrar no impresso alguns trechos que sugerem a obrigatoriedade do encaminhamento das crianças para as instituições educativas. Nota-se que o jornal *Estrella do Sul* apresenta em destaque, impresso na primeira página, em várias edições, a seguinte chamada: “O pai que não manda seu filho à escola é um criminoso” (*ESTRELLA DO SUL*, 07/12/30, p. 1). A reprodução da mesma nota várias vezes indica a valorização do espaço escolar e reafirma a responsabilidade da família, representada na figura paterna, pela educação das crianças.

A investida presente na imprensa é a responsabilização da família pela educação da prole. A escolha por uma educação de qualidade ou sem qualidade é responsabilidade da família, que deve buscar o melhor para seus filhos. A família também é responsabilizada pela atuação do Estado, ou seja, cabe à ela escolher e pressionar os seus governantes para receber uma educação de qualidade e de acordo com seus princípios.

A Igreja Católica utilizava o argumento da liberdade de ensino como elemento a favor do ensino religioso nas escolas; defendia a possibilidade de cada um escolher o que é necessário para a sua formação; no caso dos infantes, impossibilitados de escolher pela sua imaturidade, cabia à família fazer a escolha.

O debate sobre a presença do ensino religioso no espaço escolar era uma tópica no período e ocupa parte considerável das páginas do *Estrella do Sul*. Era um dos pontos em disputa na reforma constitucional, embora a primeira constituição republicana tenha estabelecido a laicidade nos estabelecimentos de ensino mantidos pelos poderes públicos, a revisão constitucional de 1926 já anunciava a disputa acerca desse tema. Na ocasião, o ensino religioso não voltou às escolas pela diferença de onze votos. Francisco Campos foi um dos defensores da ementa constitucional que propunha o retorno do ensino religioso às escolas e perdeu na votação. Entretanto, em 1931, já como Ministro da Educação e Saúde do Governo Provisório, Francisco Campos estimulará Vargas a assinar o decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931, que reintroduz de forma facultativa o ensino religioso nas escolas.

Por sua vez, a Igreja Católica não estava satisfeita com o decreto de 1931 e Alceu Amoroso Lima, importante intelectual católico, figura representativa do movimento de renovação do catolicismo no Brasil, diretor da revista *A Ordem* e presidente do Centro Dom Vital, afirmava que era necessário lutar para que os princípios básicos da ordem cristã orientassem a constituição do país. O decreto de 1931 representou uma vitória para o movimento católico, mas não era suficiente. A mobilização em torno da constituição seguiu em todo país.

O que está em Jogo

Entre as aspirações dos católicos brasileiros quanto à futura constituição, lugar principal ocupa, sem dúvida, a admissão do ensino religioso, dentro do horário oficial, nas escolas públicas.

E se nisto não pleiteamos um privilégio exclusivo para nós, mas acordamos em que tal autorização venha em favor de todas as religiões constituídas, é porque, com espírito de tolerância, queremos expandir qualquer contenda confessional neste assunto, e porque estamos convencidos da capital importância da causa.

E desta capital importância é que os católicos brasileiros devem convencer-se e ter nítido conceito do que está em jogo neste momento histórico do nosso país.

[...]

Ora, na democracia, no regime republicano, o governo e as leis devem ser o resultante da vontade popular, que se manifesta pela eleição dos seus representantes, incumbidos de plasmarem a nova constituição.

Daí decorre, em rigorosa lógica, a responsabilidade dos cidadãos católicos: a eles cabe dizer se ratificam ou não o ato ímpio da expulsão de Deus da escola.

Esta responsabilidade será tanto daqueles que votarem em candidatos partidários do ateísmo oficial na instrução pública, como daqueles que se conservarem indiferentes e alheios ao pleito: uns e outros ratificam a expulsão de Deus; os primeiros explicitamente; os segundos tacitamente, mantendo-se calados, quando não lhes é permitido silenciar.

Portanto, brasileiros católicos, é disso que se trata, quanto à escola e quanto à aspiração do ensino religioso: todos em geral, e cada um individualmente, na futura eleição para a constituinte, hão de dizer se querem Deus na escola, ou se dela querem expulso.

(ESTRELLA DO SUL, 26/04/1931, p. 1)

No intuito de garantir suas reivindicações, a Igreja estabelece diversas estratégias de mobilização popular, dentre elas a criação da LEC (Liga Eleitoral Católica), em 1932. A Liga tinha como objetivo, em 1933, eleger constituintes comprometidos com os princípios defendidos pela Igreja Católica. Não estava ligada a nenhum partido político, mas era explicitamente anticomunista. De acordo com Almeida (2007), a LEC estimulava os católicos a votar e promovia candidatos comprometidos com os seus pressupostos. Nas eleições para constituinte de 1933, a LEC organizou uma grande campanha nacional e elaborou um programa mínimo contendo três pontos: defesa da indissolubilidade do laço matrimonial e reconhecimento dos efeitos civis ao casamento religioso, incorporação legal do ensino religioso facultativo nos programas de escolas públicas e regulamentação da assistência religiosa facultativa nas Forças Armadas (HORTA, 1994, p. 112). A incorporação legal do ensino religioso facultativo nos programas de escolas públicas é o eixo pautado pela imprensa católica, no que se refere ao debate educacional.

A mulher que, até então, não era estimulada a participar da vida pública, ganha *status* neste espaço, ocorre uma grande campanha estimulando a sua participação social nas eleições de 1933, momento de escolha dos deputados à constituinte, que pautaria, dentre outras questões, o ensino religioso facultativo nas escolas.

A Mulher e a Política

Como deve a mulher receber o direito do voto em relação à sua autonomia na sociedade?

Com a mais legítima satisfação. Se ela é parte integrante da sociedade, concorrendo com os seus esforços para o progresso do país, justo é que interfira nos negócios públicos.

Existe já um grande número de brasileiras capazes, pela sua cultura, de dar convenientemente o voto para a escolha dos que devem governar a nação.

(ESTRELLA DO SUL, 26/06/1932, p. 1)

A Igreja realizou um investimento considerável na atuação das mulheres como estratégia para ampliar a intervenção católica. A defesa do voto feminino é um exemplo dessa prática. Ao advogar a favor do voto feminino, a Igreja Católica pretendeu o apoio das mulheres nas urnas e a consolidação de um laicato feminino que ampliasse a ação da Igreja. Zanlochi (2001) observa que a mulher leiga está na base das operações evangelizadoras; no entanto, a estrutura representativa da Igreja é masculina, estabelecendo assim uma distinção de gênero explícita que propicia o anonimato sobre a ação das mulheres.

Chamadas como: “Alerta! Brasileiras Católicas” (ESTRELLA DO SUL, 17/05/1931, p. 1), “Unidas às Urnas” (ESTRELLA DO SUL, 1º/05/1932, p. 3), “A Mulher e a Política” (ESTRELLA DO SUL, 26/06/1932, p. 1) fizeram parte do cotidiano da imprensa católica e a valorização da mulher ocorre pela valorização do gênero feminino, em alguns momentos em depreciação ao gênero masculino.

E a todos os fatores da vitória, que nos sorri, junta-se o voto feminino.

A mulher, com sua fina sensibilidade, que se apresenta, pela primeira vez nos embates eleitorais, pressentirá melhor, por certo, do que o homem, já embrutecido pelas paixões políticas, as necessidades nacionais.

(ESTRELLA DO SUL, 01/05/1932, p. 3)

A valorização de características impressas ao gênero feminino, como a sensibilidade, se tornam argumentos discursivos que têm como objetivo estimular o exercício do voto das mulheres; é agregada a esse argumento a valorização do potencial reflexivo desse grupo que, pela sua inatividade no universo da política, não apresentaria os vícios dessas disputas e teria assim melhores condições de refletir sobre o futuro da nação.

A mulher apresenta papel coadjuvante na cena pública e sua ação sempre foi resguardada ao espaço doméstico em consonância com a educação da prole. A alteração desse cenário, na virada do século XX, se deve às mudanças políticas e culturais que perpassavam o país. Havia a necessidade da Igreja de ampliar o espaço de intervenção social; neste contexto, as mulheres eram em um número considerável no laicato católico e foram estrategicamente jogadas à cena pública, como tática de ampliação social.

Sobre o cenário cultural e político é fundamental evidenciar que o movimento feminista reivindicava estender o direito do voto às mulheres. A luta acerca do voto ficou conhecida como 'sufragismo' e se alastrou por vários países no início do século XX. No Brasil, esse movimento foi reconhecido como “primeira onda do feminismo” e suas reivindicações estavam ligadas ao voto, à organização familiar, à oportunidade de estudo e à ampliação profissional. Louro (1998, p. 15) observa que as reivindicações das sufragistas brasileiras “estavam ligadas aos interesses das mulheres brancas, de classe média, que poderiam alcançar essas metas”.

Embora o movimento sufragista não tenha apresentado, no Brasil, as características de um movimento de massas, como ocorreu nos Estados Unidos e na Inglaterra, sua atuação foi significativa para ampliar os direitos políticos das mulheres. Dentre as táticas utilizadas pelo movimento, é notória a veiculação de suas atividades pela imprensa, com o objetivo de mobilizar a opinião pública. Em 1919, Bertha Lutz, bióloga engajada nas causas do feminismo, funda a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher; posteriormente denominada de Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Em 1927, devido à influência do Presidente do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, foi incluído na Constituição do estado um artigo permitindo o exercício do voto às mulheres. Tal iniciativa estimula a mobilização das mulheres, que começam a requerer, em vários estados do país, seu alistamento eleitoral, provocando acirrados debates jurídicos.

O direito ao voto foi sendo alcançado paulatinamente nos estados brasileiros. Dessa forma, quando Getúlio Vargas promulga a lei que permitia o direito de sufrágio às mulheres, este já era exercido em dez estados do país. Algumas constituições estaduais já permitiam o exercício do voto às mulheres, com restrições específicas. Tal deformidade causava equívocos que foram resolvidos com a padronização propiciada pelo Código Eleitoral Provisório. O debate sobre o voto feminino estava presente na sociedade, sendo a legalização dessa prática algo necessário para a estabilização

do governo.

A lei eleitoral, decretada por Getúlio Vargas, em 1932, estabelecia o voto feminino desde que atendidas algumas restrições que foram eliminadas no Código Eleitoral de 1934, ainda que o voto feminino se mantivesse como facultativo e o voto masculino como obrigatório até 1946, quando o voto feminino passou também a ser obrigatório.

Independente das restrições impostas à participação da mulher no pleito eleitoral, é indiscutível que a possibilidade da mulher votar e ser votada inaugura um novo espaço para ela na vida pública do país.

Ao estudar a participação das mulheres no processo constituinte de 1933, é comum encontrarmos afirmativas sobre a baixa participação feminina no pleito. No entanto, é relevante considerar que o exercício do voto pelas mulheres estava primeiramente tutelado pelo marido e provavelmente sob sua influência política. Também cabe destacar que um contingente considerável de mulheres não se enquadrava nos critérios estabelecidos pelo código para credenciar-se como eleitora e ficou à margem do processo eleitoral.

Após a realização das eleições, para a assembleia nacional constituinte, foram eleitos 254 deputados e, dentre eles, uma mulher. Carlota Pereira de Queirós foi eleita por São Paulo. No dia 13 de março de 1934, proferiu seu primeiro discurso: preocupava-se com a criança abandonada, com a situação da mulher, com a educação e com a assistência social.

Fora os limites práticos, ou seja, nem todas as mulheres poderiam se alistar para votar, recorre aqui outro aspecto que trataremos de forma pontual: as mulheres não estavam habituadas a participar do debate político e exercer o voto exigia uma mudança de comportamento neste sentido. Se o voto feminino estava atrelado a algumas ressalvas e sob tais condições, as mulheres poderiam participar ativamente do processo constituinte de 1933; restava ainda consolidar na sociedade brasileira o lugar para a mulher eleitora. Nessa construção, a Igreja Católica atuou de forma eficiente.

O voto feminino

Como é de domínio público, o novo Código Eleitoral da República instituiu, entre nós, o voto feminino.

Novidade, que é, na nossa legislação eleitoral, tem dado lugar a desencontradas opiniões, cada qual a mais absurda, no tocante ao assunto, quando, no entanto, o código é de grande clareza.

Basta tão somente que, para se qualificarem, juntem, as senhoras e senhoritas, ao requerimento em que pedem sua qualificação, a prova de idade.

Sejam casadas, solteiras ou viúvas; tenham ou não tenham rendimentos, uma vez que sejam maiores de 21 anos, podem ser qualificadas e inscritas como eleitoras.

[...]

(ESTRELLA DO SUL, 20/11/1932, p. 1)

Pode-se afirmar que a Igreja buscou construir nesse período um novo lugar para a mulher e na constituição desse lugar ocorre uma redefinição dos papéis desempenhados até então. Os impressos católicos anunciam esses novos espaços e se constituem como uma estratégia de consolidação desse lugar para a mulher.

O lugar anunciado para a mulher se apresenta em diálogo com a modernização do país e incorpora o léxico da modernidade para construir o discurso que estimula o exercício do voto feminino; a mulher é repetidamente responsabilizada pelo desenvolvimento da nação.

O voto é tratado como um dever a ser cumprido pela mulher católica e o descumprimento dessa tarefa contribui de forma negativa para a construção do reino de Deus na terra. As excitações acerca do cumprimento dessa tarefa são duramente criticadas nos impressos católicos.

Incompreensão de um dever

“Pois eu não voto - sou contrária à intervenção de mulher na política”.

Essas palavras, caro leitor, são de uma zeladora do Coração de Jesus. Quero crer, porém, que esta senhora peque por ignorância, por incompreensão.

Do contrário, que juízo se dê de sua religiosidade, de seu zelo.

Zelar significa dedicar-se ardentemente, desvelar-se.

Assim sendo, uma zeladora do Coração de Jesus deve zelar por tudo é que é d'Ele e para Ele.

Pois bem.

Na política atual há duas correntes.

Uma quer, sob falsos escrúpulos de consciência, afastar o Brasil de Jesus e outra quer mostrar ao mundo que o Brasil é uma nação católica.

A Sra. Zeladora não deseja, por certo, formar entre os que negam a Jesus o lugar a que têm direito. Mas, formando entre os indiferentes, pouca distância a separa dos inimigos, cuja vitória representa a derrocada dos ideais dos brasileiros católicos.

Senhora Zeladora! Lembre-se que não votar é desprezar as aspirações católicas.

Portanto, para que conserve dignamente o belo título de zeladora deve não só cumprir pessoalmente o dever eleitoral, mas ainda zelar para que suas associadas cumpram.

Isto está nas atribuições de zeladora do Coração de Jesus, pois é por ele que a mulher católica vai às urnas.

É para que seu nome abençoe nossa constituição!

É para que seja adorado por todos os brasileiros de boa vontade!

Anônima

(ESTRELLA DO SUL, 19/01/1933, p. 1)

Embora a possibilidade de participar do pleito eleitoral na condição de eleitora ou candidata anuncie um espaço novo para a mulher, esse lugar não precisa estar atrelado à ideia de emancipação feminina, pois se analisado pelo viés do catolicismo, o voto feminino dialogou, neste período, com a ideia de conservadorismo e, corroborando com Perrot (2005), manteve um modelo existente.

O voto feminino, tratado insistentemente no impresso, indica o processo de reorganização política do país, o que implica em uma reorganização cultural. Se para algumas mulheres votar era algo fundamental, para outras não! A ideia do voto estava em fase de consolidação, e parte considerável das mulheres brasileiras não se sentiam em condições de opinar sobre política.

O magistério era composto majoritariamente pelo sexo feminino e, por esse motivo, a convocatória para as eleições assume tom dúbio, junto a este grupo, e convoca os professores a participarem ativamente da modernização do Brasil. “Professores católicos, chegou o tempo de agir e do professorado católico entrar em fase de atividade para modernizar o Brasil. A pátria e a igreja esperam por vós!” (*ESTRELLA DO SUL*, 20/11/1932, p. 4).

Convencer as mulheres a explicitar uma posição política era algo novo e exigiu o envolvimento de vários setores, dentre eles a Igreja, que disputava questões relevantes no período. Diversas atividades eram divulgadas pelo impresso *Estrella do Sul*, dentre elas observa-se uma palestra proferida pelo presidente da Associação Católica de Professores do Rio de Janeiro, que tratou de diversas questões relacionadas ao cotidiano do magistério no Brasil e, por fim, faz um apelo ao voto feminino.

VOTO FEMININO

Senhoras e senhores,

[...]

Destinam-se estas lições a convencer as senhoras Brasileiras, de todas as idades e condições, de que chegou também para elas uma época de envolvimento e arrancadas, em que toda mulher, como Joana D’Arc, na Guerra dos cem anos, terá de decidir, não com metralhadoras ou granadas de mão, mas mercê do voto político e de sua colaboração na vida pública, da sorte e destino do Brasil.

[...]

(*ESTRELLA DO SUL*, 30/10/1932, p. 3)

As professoras são alvo de dupla pressão, delas é exigido o entusiasmo didático e o comprometimento com o desenvolvimento do país. Promover o desenvolvimento significa participar do pleito eleitoral e estimular a participação de outros grupos em prol dos interesses do catolicismo

O professor primário

Sinceramente, do fundo da alma, confesso que não reconheço quem mais trabalhe pela honra e glória da pátria e da humanidade, nem quem possa espalhar mais benefícios no mundo. É por pensar assim é que me sinto revoltada contra quem desconhece a influência da escola primária e muito mais ainda contra o próprio professor primário, que não avalia no devido grão, a grandeza de sua missão.

Porque o dever do professor não se limita, não deve limitar-se a transmitir conhecimentos

ao espírito do aluno unicamente, e sim procurar, por todos os meios, incutir-lhe os sãos princípios da moral, de par com os cuidados tendentes a assegurar-lhe robustez do corpo, pois a educação é uma tríplice em seus fins’.

[...]

(ESTRELLA DO SUL, 17/07/1932, p. 1)

Em 1934, o tom do debate educacional, na imprensa católica, estava dado pela comemoração. Os católicos tiveram suas reivindicações atendidas na constituinte, o ensino religioso ganhou espaço nas escolas. Em Porto Alegre/RS, a arquidiocese cria um departamento para auxiliar o funcionamento da disciplina de ensino religioso nas escolas públicas.

Ensino religioso nas escolas públicas: sua solene instalação na arquidiocese de PoA.

Foi anunciada a criação do Departamento de Catecismo da Arquidiocese que terá como uma de suas funções subsidiar as professoras da rede pública para ministrarem as aulas de ensino religioso, bem como supervisionar a implementação dessas aulas.

(ESTRELLA DO SUL, 22/11/1934, p. 1)

Sob a mesma inspiração e buscando possibilitar formação aos educadores, foram anunciados diversos espaços de formação para os professores, denominados como “Retiro Espiritual”. Na prática, tais eventos consolidavam-se como espaços de formação pedagógica, teológica e espiritual.

Retiro Espiritual

No dia 20 do corrente, às 18h, começará o retiro espiritual fechado para professoras e catequistas, no Ginásio Nossa Senhora do Bom Conselho, terminando na manhã do dia 24, véspera de Natal.

[...]

(ESTRELLA DO SUL, 13/12/1934, p. 4)

A formação pedagógica propiciada pela Igreja Católica e divulgada na imprensa está atrelada à concepção de educação disputada pela instituição. Cabe explicitar que esta posição não é antagônica à concepção de educação do Estado, pois em alguns momentos ocorrem aproximações e em outros, afastamentos. Sobre o impresso

como uma possibilidade de formação junto ao professorado, observa-se a realização de diversas atividades. Destaca-se, a seguir, o relato da visita do presidente da Confederação Católica de Professores de Educação à cidade de Porto Alegre. Na ocasião de sua fala, o presidente trata do ensino religioso e da renovação educacional no Brasil.

Dr. Everardo Beckheuser

Acompanhando de sua consorte, chegou a esta capital, a 17 do mês corrente, o Sr. Everardo Beckheuser, presidente da Confederação Católica de Professores de Educação e da Associação Católica de Professores Católicos. No cais, foi aguardado por destacados elementos católicos e saudado em nome do Exmo. Sr. Padre Luiz Gonzaga.

A noite de 18, no salão da Biblioteca Pública, iniciou uma série de conferências pedagógicas, perante seletos e numeroso auditório.

O Exmo. Sr. Arcebispo metropolitano presidiu a mesa, fazendo a apresentação do orador, que, em nome do professorado católico, foi saudado pelo Dr. Eloy José da Rocha.

A seguir, o Dr. Beckheuser iniciou a sua conferência sobre o tema: 'o ensino religioso e a renovação educacional'. No decurso de sua oração, pôs em destaque a ação do episcopado brasileiro, em fazer sair o Brasil do indiferentismo com que havia suportado por mais de 40 anos o laicismo governamental.

Fartos aplausos saudaram suas palavras finais.

Por último, ergueu-se D. João Becker, que, após agradecer ao Sr. Everardo pela conferência proferida, que qualificou de magnífica e emocionante, a presença, da assistência, deu por encerrada a sessão.

No dia 19, fez a sua segunda conferência, que teve como objeto 'A escola nova no Brasil', que não menos que a anterior foi apreciada e aplaudida.

[...]

(ESTRELLA DO SUL, 27/12/1934, p. 3)

Pode-se afirmar que a Igreja buscou construir, nesse período, um novo lugar para a mulher e na constituição deste lugar ocorre uma redefinição dos papéis desempenhados até então. O impresso católico anuncia esse novo espaço e se constitui como uma estratégia de implementação desse lugar para a mulher. Considerando que a educação escolar era o foco do debate, nota-se que os professores ganham destaque nos impressos, pois eram convocados a participar ativamente do processo de modernização do país.

Considerações finais

A igreja investiu estrategicamente na produção de impressos, visando aumentar sua intervenção no espaço social. Dentre os temas tratados, a educação ocupa lugar privilegiado, pois a escola, na concepção católica, é fonte de instrução religiosa.

A disputa acerca do ensino religioso facultativo constrói uma estrutura discursiva que valoriza e estimula a participação da família nas decisões sociais, seja por meio do voto, seja por meio da reivindicação perante o Estado.

A mulher é entendida como um importante segmento do laicato católico; é valorizada socialmente pela possibilidade do voto e estimulada ao exercício do magistério. A Igreja estabelece ações e espaços de formação para os professores como parte de uma estratégia mais ampla que visava recatolizar o Brasil.

Por fim, o *Estrella do Sul* foi um mecanismo eficaz de comunicação que possibilitou a articulação da Igreja Católica no centro do estado do Rio Grande do Sul, concomitantemente orientou diversas mulheres ao exercício do voto e ao desempenho de sua prática docente.

Referências

ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de. A República Cristã: Fé, Ordem e Progresso. In: HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiro da; ISAIA, Artur César (Orgs.). *Progresso e Religião: A República no Brasil e em Portugal 1889 - 1910*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007.

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der. *História da Igreja no Brasil: ensaio e interpretação a partir do povo - terceira época: 1930-1964*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CERTEAU, Michel. *A invenção do Cotidiano: artes de fazer*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

CHARTIER, Roger. *A história Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger (Org.). *As utilizações do Objecto Impresso*. Portugal: Difel - Difusão Editorial AS, 1996.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologias e educação brasileira: católicos e liberais*. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. O Legado da Era Vargas: Educação e a Igreja Católica. In: Revista de Educação Pública, n. 14, 2005, p. 167-183.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes Literários da República: história e identidade nacional do Almanaque Garnier (1903 – 1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ECO, Umberto. *Lector in Fabula*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986.

GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil 1917 - 1937*. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda., 1979.

_____. (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV: 2000.

GIOLO, Jaime. *Estado & Igreja na implantação da república gaúcha: a educação como base de um acordo de apoio mútuo*. Série Estudos – Periódico do mestrado em educação da UCDB, Campo Grande – MS, 2009.

_____. *Estado, Igreja e Educação no RS na primeira República*. SP: Faculdade de Educação/USP, 1997. (Tese de Doutorado).

HORTA, José Silvério Bahia. *O Hino, o sermão e a ordem do dia: A educação no Brasil (1930 -1945)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

ISAIA, Artur Cesar. *Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4a ed., Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação uma perspectiva pós-estruturalista*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916 -1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MICELLI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na república velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

_____. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920 - 1945)*. São Paulo: DIFEL, 1979.

MONARCHA, Carlos. *Brasil arcaico, escola nova: ciência, técnica e utopia nos anos*

1920 - 1930. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Os Bispos do Brasil e a Imprensa*. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

Mello; XAVIER, Libânia Nacif (Orgs.). *Impressos e História da Educação: usos e destinos*. RJ: 7letras, 2008.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (Orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: D&A, Faperj, 2006.

PERROT, Michele. *As mulheres e os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005.

RODRIGUES, Candido Moreira. *A Ordem: uma revista de intelectuais católicos (1934- 1945)*. Belo Horizonte: Autêntica/Fapesp, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Posfácio: Conceituando o Gênero. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B.; MUÑOZ-VARGAS, Mônica (Orgs.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro/ Brasília: Rosa dos Tempos/NIPAS/UNICEF, 1994.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRGS, jul/dez, 1995.

SCHWARTZMAN, Simon. A Política da Igreja e a educação: o sentido de um pacto. *Revista Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, março, 1986.

TAMBARA, Elomar. *Positivismo e Educação: a educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo*. Pelotas: Ed. Universitária/ UFPel, 1995.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (Org.). *Cinco estudos em história e historiografia da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: UFRGS, UFSC, EDUSC, 1991.

XAVIER, Maria do Carmo. (Org.). *Manifesto dos Pioneiros da Educação: um legado educacional em debate*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZANLOCHI, Terezinha. *Mulheres Leigas na Igreja de Cristo*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

Acervo Consultado

AHCMPA. - Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

Recebido em novembro de 2016

Aceito em setembro de 2017

Adriana Duarte Leon é doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais.

É professora efetiva do Instituto Federal Sul Rio-Grandense